



**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação  
Gabinete Executivo de Projetos Prioritários e do Programa Urbano Ambiental  
Macambira Anicuns

**EDITAL - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90006/2026**

(Processo SEI n.º 26.9.000000046-3)

(UASG N.º 928677)

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura e Urbanismo para prestação de serviços de elaboração de Projetos Executivos de Implantação de Corredores Preferenciais do Transporte Coletivo Urbano, a serem custeadas com recurso federal, conforme Termo de Compromisso n.º MCIDADES 968508/2024 e demais condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 2.902.436,53 (dois milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos).

**FONTE DO RECURSO**

A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta do Contrato de Repasse n.º 968508/2024/MCIDADES/CAIXA e de contrapartida municipal, por meio das

Dotações Orçamentárias n.º 2026.5701.26.453.0137.1494.44905100.223.510, STN 27000 0000 – **Recurso Federal**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**TRATAMENTO FAVORECIDO  
ME/EPP/EQUIPARADAS:**

**TÉCNICA E PREÇO**

**SIM**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 28 /07 /2026 às 15h00min (horário de Brasília)

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**

Portal de Compras do Governo Federal ( <https://www.gov.br/compras/>).

O Edital e seus anexos, incluindo Planilhas, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos, estarão disponíveis gratuitamente no portal de licitações [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). Informações adicionais poderão ser obtidas na Comissão Especial de Contratação/SECAP, pelos telefones (62) 3416-2678/1102 ou e-mail: [licitacao.secap@goiania.go.gov.br](mailto:licitacao.secap@goiania.go.gov.br). Alternativamente, os documentos também poderão ser retirados na Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação – SECAP, mediante entrega de 01 (um) CD ou Pen Drive para reprodução.

<b>MODO DE DISPUTA:</b>	FECHADO
<b>REGIME DE EXECUÇÃO:</b>	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
<b>MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:</b>	NÃO
<b>ANEXO(S) A MINUTA DE EDITAL</b>	
<b>ANEXO I</b> – TERMO DE REFERÊNCIA <b>ANEXO II</b> – MINUTA DO CONTRATO <b>ANEXO III</b> – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO <b>ANEXO IV</b> – CARTA PROPOSTA	<b>ANEXO V</b> – GARANTIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO (FIANÇA BANCÁRIA) <b>ANEXO VI</b> – DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA <b>ANEXO VII</b> – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS <b>ANEXO VIII</b> – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO <b>ANEXO IX</b> – PROJETOS E MEMORIAIS
<b>SUMÁRIO</b> CAPÍTULO I – DO OBJETO CAPÍTULO II – DA SESSÃO PÚBLICA CAPÍTULO III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS CAPÍTULO IV – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO CAPÍTULO V – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CAPÍTULO VI – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS CAPÍTULO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DAS PROPOSTAS CAPÍTULO VIII – DA PONDERAÇÃO, JULGAMENTO E VALORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO CAPÍTULO IX - DA FASE DE HABILITAÇÃO CAPÍTULO X – DA VISTORIA CAPÍTULO XI – DOS RECURSOS CAPÍTULO XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CAPÍTULO XIII – DO CONTRATO CAPÍTULO XIV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CAPÍTULO XV – DAS MEDIÇÕES, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE CAPÍTULO XVI – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CAPÍTULO XVII – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO CAPÍTULO XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS CAPÍTULO XIX – DO FORO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

ANEXO IV - CARTA PROPOSTA

ANEXO V - GARANTIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO (FIANÇA BANCÁRIA MODELO)

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA

ANEXO VII - PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO VIII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO IX - PROJETOS E MEMORIAIS

## **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90006/2026**

(Processo SEI n.º 26.9.000000046-3)

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação – SECAP, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo SEI n.º 26.9.000000046-3, após autorização e determinação de prosseguimento, e ainda em razão de parecer jurídico favorável, nos termos do §3º do art. 53 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e em conformidade com o disposto no art. 25 do mesmo diploma legal, além do Decreto Municipal n.º 963, de 14 de março de 2022, Decreto Municipal n.º 966, de 14 de março de 2022, e legislações pertinentes, torna público aos interessados a abertura da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 90006/2026, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

### **CAPÍTULO I – DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura e Urbanismo para prestação de serviços de elaboração de Projetos Executivos de Implantação de Corredores Preferenciais do Transporte Coletivo Urbano, a serem custeadas com recurso federal, por meio do Termo de Compromisso MCIDADES 968508/2024, e demais condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.2 A licitação será realizada em 03 (três) lotes distintos, assim distribuídos:

Lote 1 – Corredores Preferenciais Avenida 85 e Avenida T-63;

Lote 2 – Corredor Preferencial Avenida Mutirão/Castelo Branco;

Lote 3 – Corredores Preferenciais Avenida 24 de Outubro e Avenida Independência.

1.3 Esta licitação ocorrerá com critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO, sob o REGIME de Execução de Empreitada por Preço Global.

1.4 A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

1.5 Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes no Portal de Compras do Governo Federal e as disposições contidas no Edital e seus Anexos, prevalecerão as disposições constantes neste instrumento.

1.6 O prazo mínimo de publicação para esse edital é de 35 (trinta e cinco) dias úteis, nos termos

## **CAPÍTULO II – DA SESSÃO PÚBLICA**

2.1 A sessão será conduzida pela Comissão Especial de Contratação, instituída pelo Decreto Municipal n.º 2788/2025.

2.1.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

2.2 Durante a sessão pública a comunicação entre a Comissão Especial de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente por troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Especial de Contratação.

2.4 Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão desta Concorrência na mesma data de abertura, e em face de decisão da Comissão Especial de Contratação, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s).

2.5 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **CAPÍTULO III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

3.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos ou de impugnação ao ato convocatório da Concorrência e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, na forma do art. 164 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.2 Os pedidos de esclarecimentos e impugnações em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverão ser encaminhados por escrito à Comissão Especial de Contratação por meio de correspondência ou por e-mail, enviados ao endereço abaixo.

**Prefeitura de Goiânia.**

**Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação – SECAP.**

**Paço Municipal - Avenida do Cerrado, n.º 999, Bloco – E, Térreo - Park Lozandes**

**Goiânia – GO. CEP. 74.884-900**

**Fone: (62) 3416-2678.**

**Horário: 08h às 12h e das 14h às 17h.**

**E-mail: [licitacao.secap@goiania.go.gov.br](mailto:licitacao.secap@goiania.go.gov.br).**

3.3 A decisão sobre a impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório da Concorrência no prazo e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.4 O acolhimento do pedido de esclarecimentos ou de impugnação exige, desde que implique em

modificações da proposta, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

## **CAPÍTULO IV – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1 Poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas que atendam às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação; e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/>).

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

4.1.2 A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará pelo envio da proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

4.1.3 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3 A inobservância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.4 Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, desde que atendidas às exigências contidas nos itens que se seguem:

4.4.1 As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular na forma prevista na legislação vigente, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, possuindo efeitos apenas entre elas, bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente licitação;

4.4.2 Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, salvo expressamente autorizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no presente processo licitatório;

4.4.3 Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica;

4.4.4 Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, subscrito por quem tenha competência em cada uma das empresas. O Contrato de consórcio deverá observar as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes do subitem 4.4.1;

4.4.5 Atender, na íntegra, às disposições do artigo 15 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e demais beneficiários, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123/2006.

4.5.1 A obtenção de benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Será exigida dos licitantes declaração de observância desse limite na licitação.

4.5.2 Será considerado como ano-calendário de realização da licitação, o ano em que ocorrer a convocação para o exercício do direito de preferência a que se refere este subitem.

4.5.3 Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato para fins de aplicação do limite previsto neste subitem.

#### 4.6 NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

4.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404/76, concorrendo entre si;

4.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8 Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme § 1º do art. 9º. da Lei Federal n.º 14.133/2021;

4.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10 Empresas que estejam reunidas em consórcio e que sejam subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, bem como cooperativas.

4.6.11 Pessoa física, por haver exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

4.6.12 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.7 O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10 O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11 A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **CAPÍTULO V – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação e julgamento das propostas.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas técnicas e as propostas de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal:

5.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal:

5.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5 Que não possui, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de servidores ocupantes de cargos de direção, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados às unidades da área encarregada da licitação deste Prefeitura.

5.3.6 Que não possui, em seu quadro funcional, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados a esta Prefeitura.

5.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006. estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido

em seus arts. 42 a 49. observado o disposto nos SS 1º ao 3º do art. 4º. da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006. mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5 A falsidade da declaração de que trata o item 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e neste Edital.

5.6 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.7 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.8 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## **CAPÍTULO VI – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1 Após a divulgação do Edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, as propostas técnicas e as propostas de preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.1.1 Os documentos da Proposta Técnica deverão ser organizados e apresentados, com a devida indicação de seu representante legal, ou procurador constituído, e respectiva assinatura, em arquivo único e em formato ‘pdf’, conforme especificações do Anexo IV do Edital.

6.1.2 A Proposta de Preço deverá ser enviada em seu valor global na moeda Real, com a devida indicação de seu autor e respectiva assinatura, não havendo fase de lances neste certame.

6.1.3 O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

6.1.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

6.1.4.1 O preço global das propostas dos licitantes não pode exceder o preço global estabelecido no orçamento estimado da contratação.

6.1.4.2 Os preços das etapas constantes das propostas dos licitantes não podem exceder aos preços unitários estabelecidos no orçamento estimado da contratação, sendo apresentados pela licitante mediante apresentação de valor de desconto aos preços de referência.

6.1.4.3 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha os preços propostos, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.1.5 Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos no Decreto nº 7.983/13, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9º do referido Decreto, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II do Decreto supracitado, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações;



6.1.6 O contratado concorda, expressamente, com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.1.7 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4.1 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á a Contratada como profundamente conhecedora nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverá ter computado nos preços unitários propostos todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa execução dos serviços.

6.4.2 Ao apresentar a proposta, a empresa declara que possui toda a infraestrutura necessária (instalações, aparelhamento, corpo técnico disponível) à execução dos serviços a serem contratados, dentro dos devidos prazos, conforme item 9.1 do Termo de Referência.

6.4.3 Ao apresentar a proposta, a empresa declara que dispõe dos profissionais necessários e indispensáveis que formarão a Equipe Técnica Responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, conforme item 5.3 do Termo de Referência

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71. inciso IX. da

Constituição: ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes.

## **CAPÍTULO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DAS PROPOSTAS**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Será desclassificada a proposta que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos.

7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O modo de disputa adotado no presente certame é o fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

7.4 A sessão será suspensa para análise e julgamento das propostas técnicas e propostas de preços, em conformidade com as exigências dos Anexos I e V deste edital. A comunicação da reabertura da sessão será feita pelo envio de mensagem no sistema.

## **CAPÍTULO VIII – DA PONDERAÇÃO, JULGAMENTO E VALORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO**

8.1 O critério de julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores previstos nos itens 5.4 e 5.5 do Termo de Referência, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta, na proporção de 70% de valoração para a Proposta Técnica e 30% para a Proposta de Preço, conforme item 5.6 do Termo de Referência.

8.2 Será atribuída a cada proposta uma “Nota Da Proposta Técnica” (NPT) atribuída através do somatório da Pontuação da Experiência da Empresa Licitante (PEL) com a Pontuação da Experiência da Equipe Técnica dos Profissionais de Engenharia/Arquitetura (PET) que integrarão o quadro da execução dos serviços, adotando-se a mesma equação conceitual para a PEL e PET, conforme especificações do Item 5.4 do Termo de Referência.

8.3 A “Nota da Proposta de Preço” será calculada, conforme critérios expostos no item 5.5 do Termo de Referência.

8.4 A Nota Final (NF) atribuída à licitante será obtida pela fórmula constante do item 5.6 do Termo de Referência.

8.5 Classificação: O Licitante classificado em primeiro lugar será aquele que obtiver a MAIOR NOTA FINAL.

8.6 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas (ME), Microempreendedores Individuais (MEI) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), assim consideradas nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, observando-se o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar, bem como os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021 e nas disposições constantes deste Edital.

8.6.1 Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as notas finais das propostas

apresentadas por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à MAIOR NOTA FINAL.

8.6.2 O empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultado ao beneficiário do direito de preferência melhor classificado, a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, quando então serão recalculadas as notas finais das licitantes classificadas.

8.6.3 O empate ficto somente se aplicará quando a Maior Nota Final não tiver sido obtida por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou microempreendedor individual.

8.7 Caso ocorra o empate descrito no subitem anterior, a ME/MEI/EPP convocada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo chat do sistema eletrônico, sob pena de decair o direito concedido, ofertar nova Proposta de Preço, obrigatoriamente inferior ao valor da proposta com melhor classificação apresentada.

8.7.1 Caso não seja apresentada a nova proposta pela ME/MEI/EPP mais bem classificada, os demais beneficiários serão convocados automaticamente, na ordem de classificação, para exercer o mesmo direito.

8.7.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/MEI/EPP que se encontrem em empate ficto, o sistema Compras.gov.br fará sorteio eletrônico entre tais Licitantes, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final de desempate.

8.8 Em caso de empate entre duas ou mais notas finais atribuídas a partir da ponderação entre as propostas técnicas e de preço, as propostas serão desempatadas por meio dos critérios estabelecidos no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nesta ordem:

8.8.1 Disputa final entre as Licitantes empatadas, que poderão apresentar nova Proposta de Preço em ato contínuo à classificação, sendo recalculadas as notas de preços e notas finais nos termos dos itens anteriores;

8.8.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.8.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.8.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.8.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.8.5.1 Empresas brasileiras;

8.8.5.2 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.8.5.3 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei 12.187/2009.

8.9 Após definido o resultado do julgamento, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, na hipótese de sua Proposta de Preços permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.9.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão

utilizados os critérios de desempate definidos neste Edital.

8.10 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14. da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.10.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

8.10.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União, disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> ou (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> para a pessoa jurídica) em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s).

8.10.3 Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIAI, constante do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça ( [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> para a pessoa jurídica) em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s).

8.10.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos> ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> para a pessoa jurídica) em nome da empresa licitante.

8.10.5 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.11 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei 8.429/92.

8.12 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.12.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.12.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.12.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.13 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.4 deste edital.

8.14 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.14.1 Contiver vícios insanáveis;

8.14.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos;

8.14.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.14.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.14.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus

anexos, desde que insanável;

8.15 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.15.1 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (art. 59, §4º da Lei Federal nº14.133/2021).

8.15.2 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 8.14.4.

8.16 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17 É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da Proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação ou complementar a instrução do processo.

8.18 O Licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional ou correção de impropriedades deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação.

8.19 O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

8.20 A desclassificação da Propostas Técnica e de Preço será fundamentada e registrada no sistema, disponível em tempo real para todos os Licitantes.

8.21 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.22 Em caso de desclassificação da Proposta do Licitante classificado em primeiro lugar, proceder-se-á à análise das Propostas apresentadas pelos demais licitantes na ordem de classificação.

8.23 Será realizada consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (CADIN). Caso conste no resultado da consulta que a empresa possui registro no CADIN, a licitante será convocada a regularizar, em vista da restrição do Art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, ou, se for o caso, apresentar justificativas. Porém, a irregularidade não gera impedimento para participação da licitação, mas sim para a celebração do contrato.

8.24 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, e este Edital (art. 59, §5º da Lei Federal nº14.133/2021).

## **CAPÍTULO IX - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

## 9.1

O Licitante classificado em primeiro lugar deverá providenciar o envio da Documentação de Habilitação, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da solicitação do agente de contratação.

9.1.1 Os documentos previstos nos itens 5.3.1, 5.3.2 e 5.3.3 do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.2 O prazo estipulado no subitem 9.1 poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

9.3 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.4 Em caso de participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto 8.660/2016. ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

## 9.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.5.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.5.2 Balanço Patrimonial, demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, de acordo com o inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5.2.1 O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis;

9.5.2.2 O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”. Apresentar, também, termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis;

9.5.2.3 Quando S/A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei nº 6.404/76, ou ainda, a publicação do mesmo no Diário Oficial;

9.5.2.4 A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, o qual deverá apresentar resultado igual ou superior a 1, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) \geq 1$$

$$ILC = (AC) / (PC) \geq 1$$

$$ISG = AT / (PC + ELP) \geq 1$$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

ILC = índice de liquidez corrente

ISG = índice de solvência geral

AT = ativo total

AC = ativo circulante

RLP = realizável em longo prazo

PC = passivo circulante

ELP = exigível em longo prazo

PL = patrimônio líquido

9.5.2.4.1 O atendimento dos índices econômicos previsto no item 9.5.2.4 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.2.4.2 Os índices econômicos previstos no item 9.5.2.4 deverão, obrigatoriamente, ser iguais ou superiores a 1 (um) nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, de acordo com o inciso I do art. 69 da Lei 14.133/21.

9.5.2.4.3 Comprovação, de capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação, conforme item 6.10 do Termo de Referência.

9.5.2.4.4 A comprovação do capital social será feita através do Contrato Social, ou Certidão da Junta Comercial ou Publicação Oficial, ou ainda em Cartório de Registro de Títulos, conforme o caso. Será admitida atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais.

9.5.2.4.5 A comprovação do patrimônio líquido será aferida por meio de Balanço Patrimonial apresentado.

9.5.2.4.6 Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o disposto no item 9.5.2.

9.5.2.4.7 Os documentos referidos no item 9.5.2.4 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.5.3 Para fazer prova de qualificação econômico-financeira referente ao item 9.5.2.4.2 deste Edital, cada empresa consorciada deverá comprovar possuir os índices contábeis mínimos indicados no referido item.

9.5.4 Para comprovação do capital social ou patrimônio líquido exigido no item 9.5.2.4.3, de empresas em consórcio terá acréscimos de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, nos termos do § 1º do art. 15 da Lei Federal 14.133/2021.

9.5.4.1 Para fins de comprovação de que trata o item 9.5.4, será admitido o somatório de cada empresa consorciada.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021).

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data

de entrega das propostas.

9.9 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018. art. 4º. §1º. e art. 6º. §4º).

9.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018. art. 7º. caput).

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018. art. 7º. parágrafo único).

9.11 A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 64. e IN 73/2022. art. 39. 84º). para:

9.12.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14 Na hipótese do Licitante vencedor ser considerado inabilitado, serão requeridos e analisados a Proposta e os documentos de habilitação do Licitante subsequente, por ordem de classificação, nos mesmos termos e prazos especificados neste edital, até que se obtenha um Licitante habilitado.

9.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **CAPÍTULO X – DA VISTORIA**

10.1 A avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

10.2 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado, pela Administração, data e horário exclusivos, a ser agendado nos termos do item 5.2 do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.3 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá prestar DECLARAÇÃO FORMAL, assinada pelo seu responsável técnico, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo do Anexo VI deste Edital.



10.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## CAPÍTULO XI – DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165. da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.10 Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

## CAPÍTULO XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta do Contrato de Repasse n.º 968508/2024/MCIDADES/CAIXA, por meio das Dotações Orçamentárias n.º **2026.5701.26.453.0137.1494.44905100.223.510 STN 27000 0000 – Recurso Federal**

## CAPÍTULO XIII – DO CONTRATO

13.1 As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre o Município de Goiânia, por meio da **Secretaria CONTRATANTE** e a proponente vencedora serão formalizadas por meio de Contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO II**, observando as condições estabelecidas neste Instrumento, legislação vigente e na proposta vencedora.

13.1.1 A presente licitação será realizada pela Comissão Especial de Licitação da Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação - SECAP, sendo a **Secretaria CONTRATANTE a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA**.

13.2 Os serviços deverão ser executados conforme a **planilha orçamentária, o cronograma de atividades e o cronograma executivo e financeiro** e demais normas constantes deste Edital e seus Anexos.

13.3 A vigência do Contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, com eficácia legal após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.3.1 O prazo de execução é de **240 (duzentos e quarenta) dias corridos**, conforme estabelecido no item 6.3 do Termo de Referência.

13.3.2 Eventual prorrogação dependerá de termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.4 O prazo para a assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.5 A licitante que se recusar a assinar o Contrato, não aceitar ou não retirar o mesmo no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas no **CAPÍTULO XVI deste Edital**.

13.5.1 Quando a empresa vencedora optar pela garantia da contratação na modalidade seguro-garantia, deverá ser respeitado pelas partes o prazo previsto no **item 13.12.2.1 deste Edital** entre a apresentação da garantia e a assinatura do contrato.

13.6 Se a licitante vencedora deixar de firmar o contrato no prazo estabelecido, a Administração Pública poderá, nos termos do § 2º, do Art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021, convocar as licitantes remanescentes observadas à ordem de classificação para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.7 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.6, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

13.7.1 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

13.7.2 Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.8 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13.8.1 No ato da assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá comprovar poderes para o signatário assinar contratos, mediante Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social, e ainda no caso de procurador, além desses documentos, Procuração registrada em Cartório.

13.9 A CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços previstas conforme item 9.30 deste edital.

13.10 A CONTRATADA deverá cumprir fielmente do Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil – PGRCC, conforme Lei Federal n.º 12.305/2010.

13.11 Conforme item 6.4 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, o contratado PODERÁ, em

regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, admitida na proporção de 30% (trinta por cento) dos serviços, desde que seja justificada a inviabilidade técnica e econômica da execução integral por parte da contratada e que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

13.11.1 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços definidos no item 6.4 do Termo de Referência, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

13.11.2 A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a Administração Municipal, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

13.11.3 A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a CONTRATANTE e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a CONTRATANTE e a SUBCONTRATADA, inclusive no que refere-se à medição e pagamento direto a ela.

13.11.4 Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela CONTRATANTE, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por aditamento.

13.11.5 A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços deverá comprovar perante a Administração:

13.11.5.1 A **regularidade jurídico/fiscal/previdenciária e trabalhista previstas no Edital e a capacidade técnica e demais documentos exigidos no item 5.3 do Termo de Referência** e, que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no Município de Goiânia.

13.11.5.2 A **CONTRATADA responde solidariamente com a SUBCONTRATADA pelo inadimplemento das comprovações exigidas acima quando relacionadas com o objeto do contrato.**

13.11.6 **Nos termos do item 6.4 do Termo de Referência, é vedada a subcontratação:**

13.11.6.1 Das **parcelas de maior relevância técnica ou de maior valor significativo do objeto**; a subcontratação deve se restringir às parcelas tecnicamente complementares.

13.11.6.2 De pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles for cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.11.7 A empresa CONTRATADA compromete-se a substituir a SUBCONTRATADA, no prazo máximo de (30) trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

13.11.7.1 A empresa CONTRATADA compromete-se a comunicar imediatamente à Administração a extinção da subcontratação autorizada. Nesse caso, deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

13.11.7.1.1 Indicar e submeter à aprovação da Administração nova subcontratada que atenda às

exigências de habilitação aplicáveis; ou

13.11.7.1.2 Assumir diretamente a execução da parcela anteriormente subcontratada, permanecendo integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais.

13.11.7.1.3 A não observância destas obrigações poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.11.8 A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

13.12 Conforme **item 5.8 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, será exigida garantia da execução do objeto no percentual de **3% (três por cento)**, nas seguintes modalidades:

13.12.1 Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública (inciso I, §1º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021);

13.12.1.1 A Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública deverá ser depositada na conta do banco oficial da Prefeitura de Goiânia ou na Secretaria Municipal da Fazenda. O licitante vencedor deverá se dirigir à Divisão do Tesouro Municipal, Av. do Cerrado n.º 999, 2º Pavimento – Bloco E – Paço Municipal – Park Lozandes – Goiânia – Goiás, fones: (62) 3524-3311/3349, para obterem esclarecimentos sobre o referido recolhimento;

13.12.1.2 Os Títulos da Dívida Pública deverão ser emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.12.2 Seguro-garantia;

13.12.2.1 Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de Seguro-garantia, deverá juntar o comprovante de pagamento do prêmio no prazo de até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

13.12.3 Fiança Bancária.

13.12.3.1 Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do ANEXO V deste Edital;

13.12.3.2 Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do Instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos arts. 827 e 835 do Código Civil. O Licitante vencedor que optar por realizar a Fiança Bancária, deverá apresentá-la à Divisão do Tesouro Municipal, Avenida do Cerrado n.º. 999- Park Lozandes – Paço Municipal – 2º Pavimento- Bloco E - Goiânia - GO, fones: (062) 3524-3311/3349, para obter esclarecimentos sobre o referido recolhimento;

13.12.3.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA.

## **CAPÍTULO XIV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1 As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre o Município de Goiânia, por meio da Secretaria CONTRATANTE e a proponente vencedora serão formalizadas por meio de Contrato e/ou instrumento equivalente, observando as condições estabelecidas neste Edital, legislação vigente e na proposta vencedora.

14.1.1 A execução dos serviços deverá observar rigorosamente o Projeto Executivo, o Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos integrantes do Anexo I – Termo de Referência, que passam a fazer parte integrante e indissociável do presente contrato, nos termos dos arts. 6º, XXV, 18 e 46 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.2 O prazo para a retirada da Ordem de Serviço será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante.

14.3 Quando do início da prestação dos serviços, caso haja dúvidas em relação às especificações e normas, a CONTRATANTE poderá solicitar da adjudicatária a apresentação de esclarecimentos pertinentes ao objeto licitado, comprovando que ela atende todas as exigências legais e especificações solicitadas no Edital.

14.4 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais projetos e anexos do edital, conforme disposições estabelecidas pela CONTRATANTE.

14.5 Correrão por conta da vencedora as despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na prestação de serviço.

14.6 Os serviços deverão ser prestados de forma a atender as necessidades da CONTRATANTE e permitir imediata utilização dos mesmos, correndo por conta da empresa vencedora os custos correspondentes.

14.7 O objeto do contrato será recebido:

**a)** provisoriamente no prazo de **até 15 (quinze) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, ou comissão nomeada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**b)** definitivamente no prazo de **até 30 (trinta) dias após o provisório**, por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

14.7.1 O responsável pelo recebimento provisório é proibido de receber definitivamente ou de participar de comissão designada para o recebimento definitivo do objeto contratado.

14.8 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito ou má qualidade, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito da contratada, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que seja corrigida a situação.

14.8.1 Em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a contratada ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

14.8.2 Os ensaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato, exigidos por normas técnicas oficiais, correrão às expensas do contratado, salvo expressa disposição em contrário, conforme dispõe o § 4º do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.8.3 A contratada poderá acompanhar a realização dos ensaios, testes e provas de aferição do objeto. Constatada qualquer irregularidade, a contratada será comunicada por escrito, sendo-lhe oportunizada defesa no prazo de 05 (cinco) dias.

14.8.4 Decidida pela necessidade de substituição/reexecução/regularização do objeto, após comunicada por escrito, a contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias para fazê-lo.

14.9 Os representantes da parte contratante anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao objeto da execução do contrato, a ser recebido provisória ou definitivamente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, conforme art. 117, § 1º, c/c art. 119, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.9.1 Qualquer divergência entre a execução e o disposto no Projeto Básico/Executivo ou no Cronograma Físico-Financeiro deverá ser imediatamente registrada pelo fiscal do contrato em diário de obras ou registro próprio, cabendo à contratada promover as correções necessárias, sem ônus adicional para a Administração.

14.9.2 As decisões que ultrapassarem a competência do representante serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, nos termos do art. 117, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.10 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contratado, cabendo à parte contratante decidir pela rejeição do objeto ou por oportunizar a correção dos vícios, defeitos ou incorreções do objeto.

14.11 Cabe a contratada prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo fiscal ou outro que haja em nome da contratante, atendendo prontamente às eventuais reclamações/notificações relacionadas com o objeto fornecido.

14.12 Após o recebimento provisório, a comissão designada para o recebimento definitivo promoverá os exames, testes e verificações necessárias.

14.13 O recebimento definitivo do objeto poderá ser condicionado à entrega de toda a documentação técnica e legal pertinente, incluindo, mas não se limitando a: projeto as-built, habite-se, certidões de regularidade junto aos órgãos competentes, termos de garantia de equipamentos instalados e demais documentos exigidos pela legislação vigente e pelo Contrato de Repasse.

14.14 Quando a não conclusão dos serviços decorrer de culpa do contratado:

14.14.1 O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

14.14.2 A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **CAPÍTULO XV – DAS MEDIÇÕES, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

15.1 Os serviços serão medidos mensalmente, conforme os critérios definidos pela Secretaria CONTRATANTE, constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e demais projetos/documentos técnicos, obedecendo ao regime de execução adotado. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

15.2 As medições constarão de Folhas-Resumo (Boletim de Medição), contendo a relação de serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais, inclusive acumulados, físico e financeiro.

15.3 A CONTRATANTE pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

15.4 Obedecido ao cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o Boletim de Medição (BM), o contratado deverá apresentar na sede da CONTRATANTE as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à comissão especialmente designada a fim de que seja atestada, e dado imediato e regular processamento.

15.5 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias através de Ordem de Pagamento, mediante a apresentação à CONTRATANTE das respectivas notas fiscais, do cronograma físico-financeiro, do relatório parcial da execução dos serviços e da medição para verificação e posterior deferimento, devidamente atestadas por quem de direito.

15.5.1 Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta-corrente indicada pela empresa, nos termos do Decreto Municipal n.º 4.387 de 11 de novembro de 2021.

15.6 Além do disposto no **item 15.5** licitante vencedora deverá apresentar documentos de regularidade fiscal e trabalhista constantes no Art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15.6.1 Em caso de irregularidade fiscal, a CONTRATANTE notificará a empresa vencedora para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da empresa vencedora, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do Edital, e estará o Contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital.

15.7 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no **item 15.5**, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

15.7.1 A devolução de fatura não aprovada pela CONTRATANTE não servirá de motivo para que a ADJUDICATÁRIA suspenda a execução do serviço ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados;

15.8 A(s) nota(s) fiscal(is) será(ão) conferida(s) e atestada(s) pelo responsável designado para o acompanhamento e recebimento do serviço.

15.9 O pagamento a ser efetuado à empresa adjudicatária deverá obedecer a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela CONTRATANTE de acordo com o disposto no artigo 141 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15.10 A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela ADJUDICATÁRIA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

15.10.1 Descumprimento de obrigação relacionada com os objetos contratados;

15.10.2 Débitos da ADJUDICATÁRIA no que diz respeito ao pagamento de multas impostas ao longo do contrato;

15.10.3 Pendências trabalhistas e de verbas devidas à Seguridade Social em nome da contratada e referente à execução do contrato sob exame.

15.11 No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo previsto para pagamento até a data de sua efetiva realização, conforme a Instrução Normativa n.º 59/2021 do DNIT segundo a variação dos índices de obras e serviços rodoviários: consultoria, supervisão e projeto, fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas IBRE.

15.12 Os preços praticados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado de 05/11/2025, conforme item 6.2 do Termo de Referência, nos termos do art. 25, § 7º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15.12.1 O valor contratado será reajustado por apostilamento ou aditivo, conforme a Instrução Normativa n.º 59/2021 do DNIT segundo a variação dos índices de obras e serviços rodoviários: consultoria, supervisão e projeto, fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas IBRE.;

15.12.2 Deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 5.201/2023 para formalização do respectivo reajuste;

15.12.3 Os preços unitários serão calculados através da seguinte fórmula:

$$M = V(I / I_0)$$

Onde:

· **M** = Valor reajustado das parcelas remanescentes;

· **V** = Valor inicial das parcelas remanescentes;

· **I** = Índice referente ao mês que contempla a periodicidade de um (01) ano em relação à data-

base do orçamento estimado;

· **Io** = Índice referente ao mês da data-base correspondente a data do orçamento estimado (NOVEMBRO/2025);

15.12.4 Para efeito de novo reajuste, será considerado o período de 12 (doze) meses do início dos efeitos do último apostilamento /aditivo concedido.

15.13 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.14 Para fins de pagamento, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 803, de 02 de março de 2023, que dispõe sobre a retenção, na fonte, do Imposto de Renda – IR incidente sobre os pagamentos efetuados pelos órgãos, autarquias e fundações do Município de Goiânia às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal, de acordo com os itens a seguir:

15.14.1 Os órgãos, autarquias e fundações do Município de Goiânia, ao efetuarem pagamento às pessoas físicas ou jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, incluídas as obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto de Renda - IR, nos termos do Decreto nº 803/2023 e da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

15.14.1.1 As retenções de que trata o **item 15.14.1** serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, incluídos os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou prestação de serviços para entrega futura.

15.14.1.2 Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas por serviços e produtos previstos no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

15.15 A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos, autarquias e fundações da administração pública municipal.

15.16 Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do Decreto Municipal nº 803/2023, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

15.17 Na hipótese de aplicação de multa administrativa, o valor correspondente poderá ser retido dos pagamentos devidos à contratada, observado o disposto no art. 158, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da cobrança judicial do valor remanescente, quando os créditos forem insuficientes para a quitação integral.

15.17.1 A retenção de valores a título de multa não exime a contratada do cumprimento integral das obrigações assumidas, nem impede a aplicação de outras sanções previstas neste Edital e na legislação.

## **CAPÍTULO XVI – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 As sanções dispostas no Edital poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à Contratada, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados à administração pública e das sanções previstas no Decreto Municipal nº 966/2022 e nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão Especial de Contratação durante o certame;



16.2.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

16.2.2.1 Não apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.2.2.2 Recusar-se a apresentar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.2.2.3 Pedir para ser desclassificado após apresentar a proposta;

16.2.2.4 Deixar de apresentar amostra; ou

16.2.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

16.2.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.2.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.2.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.2.6 Fraudar a licitação;

16.2.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.2.7.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.2.7.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.2.7.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.2.7.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

16.2.7.5 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.

16.3 Com fulcro na Lei Federal n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.3.1 Advertência;

16.3.2 Multa;

16.3.3 Impedimento de licitar e contratar; e

16.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.4.2 As peculiaridades do caso concreto;

16.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.4.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

16.4.5 A situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

16.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5.1 Para as infrações previstas nos itens 16.2.1, 16.2.2, 16.2.3 e 16.2.4, a multa será de 0,5%

(cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato ou da parcela inadimplida.

16.5.2 Para as infrações previstas nos itens 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou da parcela inadimplida.

16.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.2.1, 16.2.2, 16.2.3 e 16.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.9 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.2.5, 16.2.6, 16.2.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.2.1, 16.2.2, 16.2.3 e 16.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, conforme item 16.2.3 e 16.2.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso, nos termos do §5º do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.11 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Municipal n.º 966, de 14 de março de 2022, aplicando-se subsidiariamente a Lei Municipal n.º 9.861/2016.

16.12 A apuração de responsabilidade, relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.16 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.17 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações

Públicas (PNCP) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e no sistema adotado pela administração pública municipal, se houver.

16.18 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846/2013.

## **CAPÍTULO XVII – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

17.1 Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas na licitação e/ou execução do contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

## **CAPÍTULO XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 Fica assegurado à Autoridade competente o direito de:

18.1.1 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando publicidade nos meios previsto pela legislação, antes da data inicialmente marcada, ou em ocasiões supervenientes ou de caso fortuito;

18.1.2 Revogar, por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta e anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba direito de qualquer indenização;

18.1.3 Alterar as condições deste Edital, bem como divulgar pela mesma forma que se deu o texto original, fixando novo prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas, nos termos do § 1º, art. 55 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

18.2 Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

18.3 Considerando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal, de 05.10.1988 e no art. 2º da Lei 9.012, de 30.03.1995, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da administração, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da emissão da Nota de Empenho, caso as Certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do certame licitatório.

18.4 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato e/ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.

18.5 As normas que disciplinam esta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, sem comprometimento com a segurança do futuro contrato.

18.6 Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

18.7 A participação nesta Licitação implicará aceitação integral e irretratável das normas do Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

18.8 As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos

documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.9 A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar à terceiros ou ao patrimônio do órgão de Licitação, reparando às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do Órgão de Licitação.

18.10 O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.11 Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observadas as disposições previstas no art. 183 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.12 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão da sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.13 A homologação do resultado dessa licitação não importará em direito à contratação.

18.14 No caso de ausência de solicitação de esclarecimentos pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, qualquer reclamação posterior.

18.14 No caso de ausência de solicitação de esclarecimentos pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, qualquer reclamação posterior.

18.15 É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do Edital pelos seguintes meios: Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e Portal da Transparência do Município de Goiânia (<https://www.goiania.go.gov.br>) até a data da realização da sessão pública e após para acompanhamento dos andamentos do certame até sua conclusão.

18.16 Os projetos executivos e planilhas orçamentárias e demais documentos necessários ao atendimento da proposta estão disponíveis nos anexos deste edital, podendo ser disponibilizados aos licitantes se necessário o formato editável (AutoCAD e Excel ou extensão equivalente) através de solicitação via: [licitacao.secap@goiania.go.gov.br](mailto:licitacao.secap@goiania.go.gov.br).

18.17 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema de Compras do Governo Federal decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto federal n.º 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a Prefeitura Municipal de Goiânia, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame e as disposições previstas nesse Edital e o contido na Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.18 Para conhecimento dos interessados expediu-se o Aviso de Licitação - publicado no **Diário Oficial do Município, Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação** e o presente Edital - disponibilizado no **site oficial da Prefeitura de Goiânia** (<https://www.goiania.go.gov.br>), **Portal de Compras do Governo Federal** (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), estando a Comissão Especial de Contratação à disposição dos interessados.

## **CAPÍTULO XIX – DO FORO**

19.1 Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa ou compostas pela conciliação, fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, em uma de suas Varas da Fazenda Pública, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que

seja, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

**DANIELLE GOMES DE OLIVEIRA**

Secretária Municipal de Articulação Institucional e Captação

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Disponível em:**

[https://drive.google.com/drive/folders/1U6l0o5zP5ZxtXGN8Lc8AQW\\_-elkMshY8?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1U6l0o5zP5ZxtXGN8Lc8AQW_-elkMshY8?usp=sharing)

[-www.goiania.go.gov.br.](http://www.goiania.go.gov.br)

**TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO POR:**

**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO BRT NS**

RT: Arqta e Urbta EDINEY BERNARDES DE PAIVA CAU-GO A16080-6

RT: Engº Civil FABRICIO FERMANIAN DE MENEZES CREA-GO 8207/D

Engenheira Civil LUDMILA FERNANDES DE OLIVEIRA

Diretora de Políticas e Programação de Obras Aprovação:

**TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO POR:**

FLÁVIA RIBEIRO DIAS

Superintendente de Obras e Serviços de Infraestrutura Urbana

FRANCISCO ELISIO LACERDA

Secretário de Infraestrutura Urbana de Goiânia

**ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO**

**MINUTA DE CONTRATO**

(Processo Sei nº 26.9.000000046-3)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA – SEINFRA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º....., sediada em....., doravante designada CONTRATANTE, neste ato representado(a) pelo ....., matrícula funcional n.º....., de acordo com a competência prevista no art. .... da Portaria n.º ....., de ....., publicada no Diário Oficial do Município de ....., e a empresa....., CNPJ n.º....., estabelecida no....., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por....., conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º26.9.000000046-3, e em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n.º 9006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura e Urbanismo para prestação de serviços de elaboração de Projetos Executivos de Implantação de Corredores Preferenciais do Transporte Coletivo Urbano, a serem custeadas com recurso federal, conforme Termo de Compromisso n.º MCIDADES 968508/2024, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Goiânia.

O processo contempla o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos indispensáveis, conforme especificado no termo de referência, no projeto básico e demais anexos.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência/Projeto Básico;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta da CONTRATADA;

1.2.4 Todos os anexos dos documentos supracitados e demais projetos necessários à execução do objeto, inclusive os citados no edital.

1.3 O regime de execução é o de Empreitada por Preço Global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA/EXECUÇÃO/PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 365 **(trezentos e sessenta e cinco) dias**, com eficácia legal após a divulgação no Portal do PNCP, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.1.1 A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.2 O prazo concedido para conclusão total dos serviços será de 240 **(duzentos e quarenta) dias**, conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, podendo ser prorrogado automaticamente quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da referida lei, conforme estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação, se for o caso.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência/Projetos, Anexo I a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 A CONTRATADA poderá, mediante prévia autorização da Fiscalização, subcontratar parcelas do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que não se refiram às parcelas de maior relevância técnica, conforme discriminado no item 6.4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

4.2 É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo. Consideram-se como parcelas de maior relevância os conjuntos de itens para os quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem a execução de serviço com características semelhantes, conforme discriminado no item 5.4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

4.3 Se autorizada a realizar a subcontratação de parte da obra, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4 A CONTRATADA deve apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou serviço subcontratado.

4.5 A parcela da obra subcontratada, caso não satisfaçam as especificações, serão impugnadas pela FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

4.6 A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a administração pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

4.7 Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas.

4.8 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9 Deverão ser observadas as regras estabelecidas no **item 6.4 do Termo de Referência** referente à Subcontratação, bem como o previsto no **item 13.11 do Edital**, abaixo transcrito:

4.9.1 Conforme item 6.4 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, o contratado PODERÁ, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, parte da obra ou serviço, desde que seja justificada a inviabilidade técnica e econômica da execução integral por parte da contratada e que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

4.9.1.1 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços definidos no item 6.4 do Termo de Referência, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

4.9.1.2 A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a Administração Municipal, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

4.9.1.3 A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a CONTRATANTE e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a CONTRATANTE e a SUBCONTRATADA, inclusive no que refere-se à medição e pagamento direto a ela.

4.9.1.4 Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela CONTRATANTE, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por aditamento.

4.9.1.5 A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços deverá comprovar perante a Administração:

4.9.1.5.1 A regularidade jurídico/fiscal/previdenciária e trabalhista previstas no Edital e a capacidade técnica e demais documentos exigidos no Termo de Referência e, que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no Município de Goiânia.

4.9.1.5.2 A CONTRATADA responde solidariamente com a SUBCONTRATADA pelo inadimplemento das comprovações exigidas acima quando relacionadas com o objeto do contrato.

4.9.2 Nos termos do item 6.4 do Termo de Referência, é vedada a subcontratação:

4.9.2.1 Das parcelas de maior relevância técnica ou de maior valor significativo do objeto; a subcontratação deve se restringir às parcelas tecnicamente complementares, conforme descrito no item 5.4 do TR, de acordo art. 6º, § 2º da IN SEMAD n.º 004/2022.

4.9.2.2 De pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles for cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.



4.9.3 A empresa CONTRATADA compromete-se a substituir a SUBCONTRATADA, no prazo máximo de (30) trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.9.3.1 A empresa CONTRATADA compromete-se a comunicar imediatamente à Administração a extinção da subcontratação autorizada. Nesse caso, deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

4.9.3.1.1 Indicar e submeter à aprovação da Administração nova subcontratada que atenda às exigências de habilitação aplicáveis; ou

4.9.3.1.2 Assumir diretamente a execução da parcela anteriormente subcontratada, permanecendo integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais.

4.9.3.1.3 A não observância destas obrigações poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.4 A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

6.1 Os serviços serão medidos e pagos a cada 30 (trinta) dias, obedecendo o regime de execução descrito no Itens 7, 8 e 9 do Termo de Referência e os referidos pagamentos conforme descrito no cronograma físico-financeiro constante no Edital, desde que cumpridas as etapas definidas no regime de execução:

6.2 As fases de execução dos serviços serão fiscalizadas e devidamente aprovadas por uma equipe técnica multidisciplinar a ser nomeada pela Prefeitura de Goiânia.

6.3 As medições e pagamentos devidos serão fiscalizados por profissional indicado na Gerência de Estudos e Projetos da Diretoria de Políticas e Programação de Obras de Infraestrutura Urbana - SEINFRA:

6.4 Sem prejuízo dos documentos acima enumerados poderão ser solicitados outros que, a juízo dos setores especializados dessa Secretaria ou da Controladoria Geral do Município, sejam considerados indispensáveis à complementação do exame da despesa.

#### **Do recebimento**

6.5 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

6.5.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

6.6 Na forma dos itens 7, 8 e 9 do TR: os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo:

6.6.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.6.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.6.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.6.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.6.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

6.6.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.6.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório. (arts. 119 e 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021).

6.6.8 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.6.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto/Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7 As ocorrências deverão ser registradas em termo detalhado pelo fiscal do contrato, devendo ser encaminhadas ao gestor sempre que ultrapassarem sua competência, nos termos dos arts. 117 e 119 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.7.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.8 A fiscalização municipal acompanhará a execução do objeto, porém tal acompanhamento não exime, diminui ou substitui a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução dos serviços, cumprimento dos prazos, qualidade dos materiais empregados e observância das normas técnicas aplicáveis, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.9 Na forma do item 9 do TR: os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

6.9.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.9.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.9.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

6.9.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

6.9.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.10 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.13 O recebimento definitivo dos serviços não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade técnica pela qualidade, consistência, compatibilização e exequibilidade dos projetos elaborados, permanecendo obrigada, sem ônus adicional para a Administração, a promover as correções, revisões, complementações e ajustes necessários decorrentes de erros, omissões ou inconsistências verificadas, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou outro prazo definido contratualmente, observado o disposto na legislação civil e profissional aplicável.

## **Liquidação**

6.14 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.15 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.16 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.17 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.18 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.19 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.21 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

6.23 O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até (30) trinta dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.23.1 O pagamento deverá obedecer à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela CONTRATANTE de acordo com o disposto no artigo 141 da Lei Federal n.º 14.133/21.

6.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC-M de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

6.25 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, conforme Decreto Municipal n.º 4.387/2021.

6.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.27.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.28 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.29 Na hipótese de aplicação de multa administrativa à CONTRATADA, o valor correspondente poderá ser retido, total ou parcialmente, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, observado o disposto no art. 158, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo da cobrança

judicial do valor remanescente quando os créditos forem insuficientes para a quitação integral.

6.29.1 A retenção de valores a título de multa não exime a CONTRATADA do cumprimento integral das obrigações assumidas, nem impede a aplicação de outras sanções previstas neste Contrato, no Edital e na legislação aplicável

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1 Os preços contratuais poderão ser reajustados na forma prevista na legislação, conforme a Instrução normativa N.º 59/2021 do DNIT segundo a variação dos índices de obras e serviços rodoviários: consultoria, supervisão e projeto, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas IBRE.;

7.1.2 Os preços unitários serão calculados através da seguinte fórmula:

$$M = V(I/I_0)$$

Onde:

· **M** = Valor reajustado das parcelas remanescentes;

· **V** = Valor inicial das parcelas remanescentes;

· **I** = Índice referente ao mês que contempla a periodicidade de um (01) ano em relação à data-base do orçamento estimado;

· **I<sub>0</sub>** = Índice referente ao mês da data-base correspondente a data do orçamento estimado;

7.2 O Reajustamento somente poderá acontecer depois de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado de NOVEMBRO /2025, nos termos do art. 25 § 7º da Lei Federal n.º 14.133/2021;

7.2.1 O registro do respectivo reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila;

7.2.2 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo;

7.2.3 A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

7.3 Independentemente do prazo de duração do contrato, e com data-base vinculada à data do orçamento estimado, a atualização monetária a fica condicionada a apresentação de planilha orçamentária atualizada.

7.4 Deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 5.201/2023 para formalização do respectivo reajuste e as demais regras definidas no Termo de Referência/Projetos, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Fornecer a CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato;

8.1.2 Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

8.1.3 Indicar e garantir a participação de representante da Prefeitura de Goiânia nas reuniões com a CONTRATADA;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do produto contratado, através do engenheiro da Prefeitura de Goiânia, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado;

- 8.1.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
- 8.1.6 Notificar a CONTRATADA, por escrito, de todas as advertências, penalidades, multas e sustentação de pagamentos, todas as vezes que forem comprovadas pela área responsável, quaisquer inobservâncias às condições da presente Contratação, bem como em caso de eventual suspensão ou rescisão contratual;
- 8.1.7 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas;
- 8.1.8 Comunicar à CONTRATADA a necessidade de substituição de qualquer profissional indesejado;
- 8.1.9 Efetuar o pagamento das faturas apresentadas, desde que atendidas as condições estabelecidas no Edital e as previstas em cláusula contratual;
- 8.1.10 Cientificar o Controle Interno para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 8.1.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.1.13 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 8.1.14 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.14.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.14.2 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.14.3 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.14.4 Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 8.1.15 Adoção de Práticas que visem o desfazimento sustentável ou a reciclagem dos bens utilizados na execução do contrato, que se tornem inservíveis.
- 8.1.16 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **9.1**

Inscriver o serviço de engenharia no Cadastro Nacional de Obras (CNO) no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início das atividades de construção/obra, se aplicável ao objeto;

9.2 Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.3 Executar a obra ou serviços de engenharia em conformidade com as normas técnicas pertinentes e de acordo com a legislação municipal vigente e conforme o Plano de Trabalho/Projeto Básico, Proposta Comercial, informações do Edital e seus anexos, informações presentes nesse TR e toda documentação constante no Processo que lhe deu origem;

9.4 Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRANTE, inerentes ao objeto do termo de referência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

9.7 Comunicar aos fiscais qualquer irregularidade detectada e submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.8 Acatar as determinações do fiscal do contrato;

9.9 Recolher taxas referentes à ART (CREA) ou RRT (CAU) ou do conselho pertinente;

9.10 Arcar com todas as despesas decorrentes da execução da obra, inclusive com recursos logísticos, transporte, material, EPI, alimentação e hospedagem de seu pessoal, se aplicável;

9.11 A inadimplência da CONTRATADA quanto aos impostos, taxas ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, não transfere à CONTRANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da presente Contratação ou restringir a execução da obra;

9.12 Manter sigilo absoluto com relação a qualquer informação confidencial que venha a ter acesso, durante a execução do Contrato;

9.13 Observar rigorosamente o cronograma de execução ou outras condições estabelecidas entre as partes;

9.14 Responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código Civil, Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990) e outras normativas vigentes, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.15 Comunicar a conclusão do serviço de engenharia de cada solicitação, observando os prazos estabelecidos e ao término da obra ou serviço a CONTRATADA deverá comunicar ao fiscal para recebimento;

9.16 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha

reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

9.18 Comunicar ao Fiscal para o recebimento provisório do serviço, ficando o recebimento definitivo a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEINFRA;

9.19 Não transferir a terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, as obrigações deste contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

9.20 Atender literalmente ao disposto no artigo 92, XVI, da Lei Federal n.º 14.133/2021, relativo à obrigação de manter durante toda a prestação dos serviços do futuro contrato, todas as condições de habilitação e as exigências de qualificação, especialmente à regularidade fiscal e especificação dos serviços, inclusive o imposto devido, sob pena de ser declarada a inexecução do pacto e aplicadas as penalidades previstas na lei, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos materiais à contratante, conforme o caso;

9.20.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da execução da obra, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal de Goiânia e do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.21 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.22 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.23 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo responsável técnico preposto, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto, quando for o caso;

9.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.25 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações e;

9.26 Observar, na execução da obra, das normas e critérios de sustentabilidade, o emprego apurado dos recursos públicos, conservação e gestão responsável de recursos naturais, uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta, remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos e observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT, quando for o caso;

9.27.1 Garantir, especialmente, que a obra ou serviço de engenharia atenda integralmente aos requisitos e especificações do Contrato de Repasse, às normas da ABNT aplicáveis, às diretrizes



da legislação socioassistencial e aos requisitos de acessibilidade da ABNT NBR 9050/2020 e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015).

9.28 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.29 Obriga-se a realizar a juntada ulterior do RRT (arts. 45 e 46 da Lei 12.378, de 2010) e/ou da ART (arts. 1º e 2º da Lei 6.496, de 1977) e/ou do TRT (arts. 16 e 19 da Lei n.º 13.639, de 2018), relativos aos serviços de arquitetura, engenharia ou técnica industrial, respectivamente, para fins de identificação da responsabilidade técnica pela execução contratual (Súmula TCU n.º 260).

9.30 Das obrigações da contratada em atendimento aos critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações:

9.30.1 Elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010), quando for o caso.

9.30.2 Priorizar a aquisição de materiais e equipamentos com selos de eficiência energética (Procel, Inmetro) e certificações ambientais (como o FSC para madeira).

9.31 Observar rigorosamente todas as especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo e dos Projetos e detalhes técnicos, sob pena de rejeição dos serviços e aplicação das penalidades previstas em contrato.

9.32 Responsabiliza-se pela qualidade das obras, dos materiais e dos serviços executados ou fornecidos é da contratada, incluindo a promoção de readaptações sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.

9.33 Obriga-se a adquirir produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais, bem como a aplicar as margens de preferência previstas na Resolução CIIA-PAC n.º 1, de 28 de junho de 2024, observadas as disposições do art. 3º - A da Lei n.º 11.578/2007, e do Decreto n.º 11.889, de 22 de janeiro de 2024.

9.34 Observar as condições de saúde e segurança do trabalho, acessibilidade universal e responsabilidade social.

9.35 Responder civil e administrativamente por todos os danos causados a terceiros, bens públicos ou privados, decorrentes da execução do contrato, ficando obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou indenizar, às suas expensas, sem prejuízo de outras penalidades.

9.36 Assegurar reserva do percentual de 5% (cinco por cento) das vagas para mão de obra a ser utilizada no cumprimento do respectivo objeto para pessoas em situação de rua, conforme o disposto na Lei Municipal n.º 10.462/2020, quando for o caso.

9.36.1 A reserva de vaga não se aplica aos serviços que exijam certificação profissional específica e envolverá postos de trabalho não especializados.

9.36.2 O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à existência de pessoas aptas à execução do trabalho, conforme disponibilização expressa pela Secretaria Municipal de Política para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH da lista de pessoas em situação de rua, habilitadas para contratação.

9.37 Assegurar a reserva de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas de emprego na área da construção civil para pessoas do sexo feminino, na forma da Lei Municipal n.º 10.887/2023, quando for o caso.

9.38 Quando for o caso, comprovar a reserva de cargos a que se refere as cláusulas 9.36 e 9.37, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.38.1 O percentual de vagas reservadas deve ser observado durante todo o período do contrato, inclusive aditamentos.

9.39 Concordar com a retenção pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA correspondente ao percentual pertinente a prestação de serviços, frente ao disposto no Decreto Municipal n.º 803/2023;

9.40 Atender ao disposto na Lei Municipal n.º 9.645/2015, que versa sobre a instituição do Programa Licitação Sustentável no município de Goiânia;

9.41 Inserir as informações e os documentos relativos à execução do objeto deste contrato no sistema TRANSFEREGOV/Plataforma+Brasil, conforme o Convênio n.º 968508/2024/MCIDADES/CAIXA, se assim exigir.

9.41.1 Responsabilizar-se, solidariamente com a contratante, pela inserção das informações e dos documentos relativos à execução contratual no sistema indicado conforme exigências do Contrato de Repasse.

9.42 Cumprir todas as obrigações da contratada descritas no Termo de Referência Anexo I do Edital.

9.43 Assegurar o livre acesso dos servidores do Repassador, dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da Mandatária, a todos os documentos e registros contábeis relacionados à execução do contrato, sempre que solicitado, para fins de fiscalização e controle.

9.44 Sempre que solicitado pela Mandatária ou pelo Repassador, a contratada deverá disponibilizar imagens de satélite, fotografias georreferenciadas, mapas, aerolevantamentos por drones ou outros meios tecnológicos disponíveis, necessários ao atendimento de demandas de informação supervenientes relacionadas à execução do objeto contratual.

9.45 Responsabilizar-se pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto pactuado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2 A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

10.2.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.3 A Contratada fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Goiânia, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

10.3.1 A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

10.3.2 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo

e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE para as finalidades pretendidas neste contrato.

10.3.3 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTRATANTE.

10.4 A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 96 ao art. 102 da LLC)**

11.1 Conforme item 13.12 do Edital e item 5.8 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) é exigido da CONTRATADA a prestação de garantia de execução do objeto deste contrato no percentual de 3% (três por cento), nas seguintes modalidades:

11.1.1 Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública (inciso I, §1º do art. 96 da LLC).

11.1.1.1 A Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública deverá ser depositada na conta do banco oficial da Prefeitura de Goiânia ou na Secretaria da Fazenda. O licitante vencedor deverá se dirigir à Divisão do Tesouro Municipal, Av. do Cerrado n.º 999, 2º Pavimento – Bloco E – Paço Municipal – Park Lozandes – Goiânia – Goiás, fones: (62) 3524- 3311/3349, para obterem esclarecimentos sobre o referido recolhimento.

11.1.1.2 Os Títulos da Dívida Pública deverão ser emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.1.2 Seguro-garantia;

11.1.2.1 Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de Seguro- garantia, deverá juntar o comprovante de pagamento do prêmio no prazo de até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

11.1.2.2 Nos termos do item 5.8 do Termo de Referência a apólice de seguro-garantia, além das cláusulas exigidas no referido termo, deverão prever, obrigatoriamente, a cláusula de retomada, em conformidade com todas exigências e previsões do art. 102 da LLC.

11.1.2.3 A cláusula de retomada consistirá em obrigação da seguradora de, em caso de inadimplemento da contratada, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto contratual ou pagar indenização correspondente.

11.1.2.4 A cláusula de retomada deverá prever:

a) A obrigação da seguradora de substituir a contratada inadimplente por outra empresa qualificada para dar continuidade à execução do objeto contratual; ou

b) A obrigação da seguradora de pagar à Administração indenização que permita a contratação de terceiros para conclusão do objeto; ou

c) A obrigação da seguradora de assumir diretamente a execução do restante do contrato, caso possua capacidade técnica e operacional para tanto.

11.1.2.5 A apólice de seguro-garantia que não contemplar a cláusula de retomada será rejeitada pela Administração, ficando a contratada obrigada a apresentar nova apólice em conformidade com esta exigência.

### 11.1.3 Fiança Bancária.

11.1.3.1 Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante no ANEXO V deste edital;

11.1.3.2 Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do Instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos arts. 827 e 835 do Código Civil. O Licitante vencedor que optar por realizar a Fiança Bancária, deverá apresentá-la à Divisão do Tesouro Municipal, Avenida do Cerrado n.º. 999- Park Lozandes – Paço Municipal – 2º Pavimento- Bloco E - Goiânia - GO, fones: (062) 3524-3311/3349, para obter esclarecimentos sobre o referido recolhimento;

11.1.3.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA.

11.1.3.4 A fiança bancária deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 As sanções serão aplicadas conforme item 16 do Edital à empresa Contratada, sem prejuízo da reparação dos danos causados à administração pública e das sanções previstas no Decreto Municipal n.º 966/2022 e nos artigos 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

### 13.1

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2 A inobservância da reserva de vagas prevista no item 9.36 deste instrumento, conforme o disposto no caput do art. 1º da Lei Municipal n.º 10.462/2020, durante a execução do contrato constituirá falta contratual, passível de rescisão por iniciativa da Administração.

13.2.1 Não se aplica o disposto nesta cláusula às pessoas jurídicas que não preencherem a reserva de vagas, desde que seja por falta de mão de obra disponível, que atenda aos requisitos legais.

13.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Das indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.8 Na hipótese de extinção, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.9 Em relação ao art. 139 citado acima, a extinção determinada por ato unilateral da Administração, poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

13.9.1 Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.9.2 Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

13.9.3 Execução da garantia contratual para:

13.9.3.1 Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

13.9.3.2 Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

13.9.3.3 Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

13.9.3.4 Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.9.4 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.9.5 A aplicação das medidas previstas nos itens 13.9.1 e 13.9.2. ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

13.9.6 Na hipótese do item 13.9.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1 A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta do Contrato de Repasse n.º 968508/2024/MCIDADES/CAIXA e de contrapartida municipal, por meio das Dotações Orçamentárias n.º 2026.5701.26.453.0137.1494.44905100.223.510, STN 27000 0000 – Recurso Federal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas

na Lei Federal n.º 14.133/2021, e demais normas e legislações federais e municipais aplicáveis/pertinentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1 Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, em uma de suas Varas da Fazenda Pública, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA - SEINFRA, em Goiânia, aos \_\_\_\_\_do mês de \_\_\_\_\_de 2026.

#### **Pela CONTRATANTE:**

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA

- Nome:

CPF:

RG:

#### **Pela CONTRATADA:**

- Nome:

CPF:

RG:

#### **TESTEMUNHAS:**

1- Nome:

CPF:

RG:

2- Nome:

CPF:

RG:

### **ANEXO III - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90006/2026

À COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CAPTAÇÃO

PREFEITURA DE GOIÂNIA

Prezados Senhores,

(nome da empresa), CNPJ/MF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada (endereço completo), tendo examinado o Edital, venho apresentar a presente DOCUMENTAÇÃO para a prestação dos serviços nele referido.

a. Está apresentando proposta para prestação dos serviços/objeto deste Edital;

b. A nacionalidade da Empresa Licitante é (indicar a nacionalidade);

c. Esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte;

d. Declara:

1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela a serem assumidos no contrato;

2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

e. Concorde com a retenção pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA correspondente ao percentual pertinente a prestação de serviços, frente ao disposto no Decreto Municipal n.º 803/2023;

f. Que conhece e se submete literalmente ao disposto no artigo 92, XVI, da Lei Federal n.º 14.133/2021, obrigação de manter durante toda a prestação dos serviços do futuro contrato, todas as condições de habilitação e as exigências de qualificação, especialmente à regularidade fiscal e especificação dos serviços, inclusive o imposto devido, sob pena de ser declarada a inexecução do pacto e aplicadas as penalidades previstas na lei, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos materiais à contratante, conforme o caso;

g. Declara atender ao disposto na Lei Municipal n.º 9.645/2015, que versa sobre a instituição do Programa Licitação Sustentável no município de Goiânia;

h. Declara que reserva o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas para mão de obra a ser utilizada no cumprimento do respectivo objeto para pessoas em situação de rua, na forma da Lei Municipal n.º 10.462/2020;

i. Declara que reserva, no mínimo, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego na área da construção civil para pessoas do sexo feminino, na forma da Lei Municipal n.º 10.887/2023.

Goiânia, aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

#### ANEXO IV - CARTA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90006/2026

À COMISSÃO ESPECIAL CONTRATAÇÃO  
PREFEITURA DE GOIÂNIA.

Prezados Senhores,

(nome da empresa), CNPJ/MF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada (endereço completo), tendo examinado o Edital, vem apresentar a nossa Proposta Comercial para execução na íntegra dos serviços motivos do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

Estamos ofertando o percentual de desconto de \_\_\_\_% (\_\_\_\_) sobre o valor global orçado, resultando no Valor Global de R\$\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

#### OBJETO VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL

**\*CONSIDERAR OS QUADROS DE DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES CONSTANTES NOS ANEXOS e demais projetos e documentos correlatos publicados junto ao Edital.**

No preço proposto estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados neste Edital e seus Anexos.

Declaramos que executaremos os serviços obedecendo fielmente o que estabelece no Anexo I, quantitativos, memorial descritivo e demais orientações constantes do Edital e anexos;

Declaramos que o prazo de **validade da nossa proposta é de 120 (cento e vinte) dias** consecutivos, a contar da data de sua apresentação;

Declaramos que utilizaremos somente materiais e mão-de-obra de boa qualidade e em conformidade com as exigências dos projetos/contrato que contemplam este objeto, e ainda que a



variação de quantidades (respeitado as quantidades mínimas estabelecidas na planilha) será de nossa inteira responsabilidade e que haverá a garantia dos serviços prestados.

Declaramos que o prazo para execução dos serviços é conforme consta deste Edital.

Declaramos que temos conhecimento de todas as condições existentes nos locais de execução dos serviços, razão pela qual não teremos direito exigir do Contratante quaisquer reajustes nos preços ofertados, por desconhecimento destas condições.

Declaramos ainda que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Goiânia, aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

**ANEXO V - GARANTIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO (FIANÇA BANCÁRIA - MODELO)**

À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA – SEINFRA

PREFEITURA DE GOIÂNIA

CARTA DE FIANÇA - R\$ .....

Pela presente, o Banco ..... com sede..... da cidade ..... do Estado ....., por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos nos artigos 827 e 835, do Código Civil Brasileiro, da Firma..... sediada à..... da cidade ..... do Estado ..... até o limite de R\$ ..... (.....) para efeito DE GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO objeto do Edital **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 9006/2026**.

Este Banco se obriga, obedecido ao limite acima especificado a atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela CONTRATANTE, sem qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito a CONTRATANTE.

Obriga-se ainda este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser a CONTRATANTE compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou

pagar o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita pelo beneficiário.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º ..... ou outro registro usado deste Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta, estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza por força de disposto no Artigo ..... dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial, em ..... do ano....., tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembleia realizada em .....

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto pela CONTRATANTE

....., ..... de ..... de .....  
Banco .....

#### **ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA**

##### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90006/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura e Urbanismo para prestação de serviços de elaboração de Projetos Executivos de Implantação de Corredores Preferenciais do Transporte Coletivo Urbano, a serem custeadas com recurso federal, conforme Termo de Compromisso nº MCIDADES 968508/2024 e demais condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Declaramos para os devidos fins que não realizamos a VISTORIA e temos pleno conhecimento das condições locais para a realização dos serviços e nos responsabilizamos pela elaboração das Propostas e Cumprimento Integral do Edital.

Goiânia, aos XX dias de XXXXXXX de 2026.

---

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes devidamente comprovados para tal

investidura.

## ANEXO VII - PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

Disponível em:

- [https://drive.google.com/drive/folders/1U6l0o5zP5ZxtXGN8Lc8AQW\\_-elkMshY8?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1U6l0o5zP5ZxtXGN8Lc8AQW_-elkMshY8?usp=sharing)

- [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br).

## ANEXO VIII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Disponível em:

- [https://drive.google.com/drive/folders/1U6l0o5zP5ZxtXGN8Lc8AQW\\_-elkMshY8?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1U6l0o5zP5ZxtXGN8Lc8AQW_-elkMshY8?usp=sharing)

- [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br).

## ANEXO IX - PROJETOS E MEMORIAIS

Disponível em:

- [https://drive.google.com/drive/folders/1U6l0o5zP5ZxtXGN8Lc8AQW\\_-elkMshY8?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1U6l0o5zP5ZxtXGN8Lc8AQW_-elkMshY8?usp=sharing)

- [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br).

Goiânia, 27 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Gomes de Oliveira**,  
**Secretária Municipal de Articulação Institucional e Captação**, em  
28/05/2026, às 09:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador  
**10342594** e o código CRC **9E2DB9CC**.

Av. do Cerrado nº 999, 4º andar, Torre Sul  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 26.9.000000046-3

SEI Nº 10342594v1